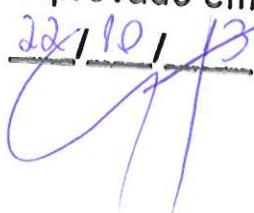


Aprovado em  
22/10/13  




**SENADO FEDERAL**

Senador Armando Monteiro

**REQUERIMENTO N° 68, DE 2013 - CAE**

Barcode  
SF13865.39763-14

Requeiro, nos termos art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Douta Comissão, com objetivo de avaliar os impactos das reduções de tarifas de energia elétrica para o setor produtivo, em especial à industria, decorrentes da Medida Provisória 579 (convertida na Lei 12.783, de 2013), bem como, discutir propostas de políticas públicas que viabilizem a oferta de gás natural a preços mais competitivos.

Para tanto indico como convidados:

- Caribe
- **Franklin L. Feder**, Presidente da Alcoa América Latina &
  - **Jorge Gerdau**, Presidente da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade
  - **José Mascarenhas**, Presidente do Conselho Temático de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria
  - **Paulo Pedrosa**, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres (Abrace)

**Márcio Pereira Zimmermann**, Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia

Página: 1/3 03/09/2013 10:32:53

119e359afe57ee00533d7b2ebe04d0e8dc52c60f





## SENADO FEDERAL

Senador Armando Monteiro

SF/13865.39763-14  
|||||

## JUSTIFICAÇÃO

O anúncio da redução das tarifas de energia elétrica, prestes a completar um ano, em razão da edição da Medida Provisória 579 de 2012, teve pouco impacto para a indústria eletrointensiva. Segundo pesquisa da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres (Abrace), divulgada pelo jornal Valor Econômico, no último dia 30 de agosto, o corte médio das tarifas foi de apenas 7,5%, embora houvesse uma expectativa de redução média de 20,2%.

Segundo a instituição um dos principais motivos para esse resultado abaixo do esperado foi fato de que quase toda a grande indústria se abastece no mercado livre de energia ou produz a própria eletricidade. No caso da autoprodução, ocorreu mitigação de encargos como a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), que foram reduzidos ou extintos com a MP 579. Já os consumidores livres não se beneficiaram das cotas de energia amortizada de usinas com concessões prorrogadas.

Dessa forma, as reduções obtidas para os consumidores eletrointensivos não foram suficientes para promover novos investimentos e recuperar posição na competitividade mundial, isso porque vários países realizaram políticas mais eficazes. A Alemanha, por exemplo, reduziu em 20% os preços da eletricidade para a produção industrial e deixou as indústrias isentas de tarifas de transmissão. Nos Estados Unidos, as autoridades de Nova York criaram um mecanismo, que destinou 900 megawatts de energia barata - proveniente de hidrelétricas - a empresas com custos energéticos elevados. A França aprovou, em 2011, lei que destina 25% da energia produzida pelas usinas nucleares históricas da EDF (ou seja, com investimento já amortizado), a preços diferenciados para grandes indústrias. Para o ano de 2012, a tarifa final nesse País era de 42 euros por MWh.

119e359afe57ee00533d7b2eb04d0e8dc52c60f

Página: 2/3 03/09/2013 10:32:53





## SENADO FEDERAL

Senador Armando Monteiro

Outro tema de debate é a expansão da oferta de gás natural a preços competitivos. O gás natural sem o desconto praticado pela Petrobras, ou seja, segundo a atual metodologia existente nos contratos praticados no Brasil, está completamente desalinhado com as demais referências energéticas (gás importado da Bolívia, gás nos EUA, petróleo, etc.). Por outro lado, a partir de uma pesquisa realizada com os grandes consumidores de gás associados da Abrace, foi identificada a possibilidade de praticamente dobrar o atual consumo dessas indústrias a partir de preços desse insumo aos níveis de US\$ 7 MMBtu na fábrica. Como viabilizar essa redução é um dos grandes desafios para no setor de energia.

Portanto, para que os objetivos delineados pelo governo federal de dar maior competitividade à indústria nacional possam ser alcançados, por meio da redução dos preços de insumos básicos, como a energia elétrica e o gás natural, é que propomos a realização dessa audiência pública.

Sala das Sessões, 22 DE OUTUBRO DE 2013

Armando Monteiro

119ee359ate57ee00533d7b2ebe04d0e8dc52c60f

Página: 3/3 03/09/2013 10:32:53

|||||SF/13865.39763-14|||

